

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

12ª Sessão Ordinária de 2015

(Publicada no DOU, Seção 1, de 12/06/2015, págs. 80/86)

Dia: 23/06/15

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 10ª Sessão Ordinária (26/05/15) e da 11ª Sessão Ordinária (09/06/15)

#### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista em 03/02/2014

2) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001441/2011-90

Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT  
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT

Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.

Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

##### Pedidos de Vista em 06/10/2014

3) Proposição n.º 0.00.000.000328/2012-78

Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad

Cons. Jarbas Soares Júnior

Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

4) Proposição n.º 0.00.000.001310/2013-74

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

#### Pedidos de Vista em 24/02/2015

- 5) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24  
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR  
Requerido: Ministério Público da União  
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
- 6) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36  
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Alessandro Tramujas Assad

#### Pedidos de Vista em 14/04/2015

- 7) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67  
Proponente: Conselheiro Almino Afonso  
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Alessandro Tramujas Assad

- 8) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000036/2013-16 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo, que visa rever atos administrativos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro firmados com o Banco Itaú e que envolvem o grupo El Corte Inglés e a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – FEMPERJ.  
Relator Originário: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Rio de Janeiro  
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
- 9) Proposição n.º 0.00.000.000837/2013-81  
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de inoportunidade de expediente forense.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte
- 10) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Cons. Antônio Pereira Duarte
- 11) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Dirceu Dresch  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Santa Catarina  
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

- 12) Proposição n.º 0.00.000.000704/2014-96  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad
- 13) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001282/2014-76 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000417/2009-19)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogado: Fernando Bessa Vieira – OAB/DF n.º 15.078  
Assunto: Revisão do Processo Disciplinar n.º 1.00.001.00117/2011-99-MPF e sua avocação, para que passe a tramitar diretamente perante o Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 14) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001552/2014-49  
Requerentes: Alberto Loreno Fracasso; Everaldo Mazieira; Marcio Junji Hayashida; Rogério Dobrzanski; Thiago Stanley Gurski  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Paraná  
Assunto: Visa apurar a regularidade de ato administrativo da Procuradoria da República no Município de Pato Branco/PR, que impõe aos servidores o desempenho de plantão criminal à margem de qualquer regulamentação ou contrapartida mediante banco de horas.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Paraná  
Vista: Presidente
- 15) Proposição n.º 0.00.000.001568/2014-51  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Carteira de Identidade Especial para os Conselheiros do CNMP e padronização da Carteira de Identidade de Membro do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad
- 16) Proposição n.º 0.00.000.001569/2014-04  
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o § 4º do art. 2º, da Resolução CNMP n.º 23/2007.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

#### Pedido de Vista em 28/04/2015

- 17) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000639/2014-07 (Recurso Interno)  
Recorrente: Flavio Martins de Souza  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Goiás  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Cons. Jarbas Soares Júnior

#### Pedidos de Vista em 12/05/2015

- 18) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.000225/2014-70 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000465/2013-93)  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 19) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000162/2015-32  
Requerente: Bruno Momesso Bertolo  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer a suspensão do Ato Normativo n.º 829/2014-PGJ-CGMP, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que prevê a faculdade de o Promotor de Justiça delegar o acompanhamento do ato de incineração de entorpecentes a um servidor.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: São Paulo  
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

#### Pedido de Vista em 09/06/2015

- 20) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001775/2014-14  
Requerente: Isis Guimarães de Azevedo – Procuradora de Justiça do Distrito Federal e Territórios  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Requer a anulação da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no Processo n.º 08190.061342/14-47, em razão de suposta ofensa ao princípio da legalidade naquilo em que trata do instituto da reversão.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

## **Processos Remanescentes**

### **Incluídos na pauta da 16ª Sessão Ordinária (18/08/2014)**

- 21) Proposição n.º 0.00.000.000235/2013-24  
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes  
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição n.º 0.00.000.000356/2014-57  
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho  
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP n.º 23/2007, regulamentando os art. 6º, inciso VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal

### **Incluídos na pauta da 19ª Sessão Ordinária (06/10/2014)**

- 23) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000800/2014-34  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Visa apurar o exercício cumulativo de funções de membro do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 3.9.15.1).  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal
- 24) Consulta n.º 0.00.000.001157/2014-66  
Requerente: Regina Lúcia de Almeida Rocha – Procuradora-Geral de Justiça/MA  
Assunto: Apresenta consulta acerca de situações que possam caracterizar eventual nepotismo no Ministério Público.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho – Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro  
Origem: Maranhão

### **Incluído na pauta da 3ª Sessão Ordinária (10/02/2015)**

- 25) Consulta n.º 0.00.000.000540/2014-05  
Requerente: Geder Luiz Rocha Gomes - Procurador-Geral de Justiça Adjunto/BA  
Assunto: Consulta realizada pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado da Bahia, acerca do alcance da aplicação da Resolução CNMP n.º 01/2005, diante do conteúdo da Súmula Vinculante n.º 13, do Supremo Tribunal Federal.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (24/02/2015)

- 26) Proposição n.º 0.00.000.001106/2014-34  
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao pedido de sustentação oral nas sessões deste Conselho.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 27) Proposição n.º 0.00.000.001107/2014-89  
Proponentes: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante ao momento processual adequado para o oferecimento de rol de testemunhas, pelo processado, no processo administrativo disciplinar.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 5ª Sessão Ordinária (10/03/2015)

- 28) Proposição n.º 0.00.000.001498/2014-31  
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Assunto: Proposição que visa recomendar a observância da Instrução Normativa nº 02/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, nas contratações de serviços, continuados ou não, pelos órgãos do Ministério Público.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 6ª Sessão Ordinária (24/03/2015)

- 29) Proposição n.º 0.00.000.000860/2014-57  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a adoção de videoconferência na instrução de processos e procedimentos disciplinares no âmbito do Ministério Público dos Estados.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 30) Nota Técnica n.º 0.00.000.001622/2014-69  
Proponente: Conselheiro Jarbas Soares Júnior – Presidente da Comissão de Defesa Direitos Fundamentais  
Assunto: Nota Técnica que propõe a alteração do disposto no § 1º do art. 306, do Decreto-Lei nº 3.689/1941, referente ao Projeto de Lei nº 554/2011, que tramita no Senado Federal, propondo que seja estabelecido o prazo de vinte e quatro horas para apresentação física do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal

- 31) Proposição n.º 0.00.000.000135/2015-60  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Emenda Regimental, que altera o parágrafo único do artigo 59, da Resolução CNMP n.º 92/2013 (Regimento Interno).  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 8ª Sessão Ordinária (28/04/2015)

- 32) Proposição n.º 0.00.000.001478/2013-80  
Proponente: Conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre as férias dos membros dos Ministérios Públicos a União e dos Estados.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 33) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 9ª Sessão Ordinária (12/05/2015)

- 34) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42  
Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza  
Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 35) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000028/2015-31  
Requerentes: Marcos Giacomelli Cardoso  
Suzanne Mergar Lírio  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a nomeação dos aprovados em concurso público para provimento de cargos no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, bem como a verificação de supostas irregularidades cometidas em razão da demora na nomeação dos mencionados aprovados.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Espírito Santo

- 36) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000044/2015-24  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da 5ª Promotoria de Justiça Cível de Colatina, na tramitação de diversos procedimentos, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Distrito Federal
- 37) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000112/2015-55  
Requerente: Rose Dias da Costa  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer o controle quanto às contratações de pessoal terceirizado e estagiários feitas pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo, em detrimento da nomeação dos aprovados em concurso público.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Espírito Santo
- 38) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000119/2015-77  
Requerente: Clever Rodolfo Carvalho Vasconcelos - Promotor de Justiça/SP  
Advogados: Amaro Alves de Almeida Neto – OAB/SP n.º 35.463  
Ana Laura Moreno Galesco – OAB/SP n.º 248.425  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Pedido de revisão do Pedido de Disponibilidade DIP n.º 4/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: São Paulo

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (26/05/2015)

- 39) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001560/2012-23  
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Assunto: Requer providências deste Conselho Nacional do Ministério Público, para discussão da necessidade de edição de ato que regulamente, no âmbito do Ministério Público brasileiro, as provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestação de serviços contínuos.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 40) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000522/2014-15  
Requerente: Pedro Henrique Lino de Souza - Conselheiro do Tribunal de Contas/BA  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Requer providências quanto à atuação do Ministério Público do Estado da Bahia, que proferiu parecer favorável à continuação dos contratos firmados entre o Estado da Bahia e a Fundação José Silveira, os quais são supostamente fraudulentos e superfaturados.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Bahia

- 41) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.001525/2014-76 (Recurso Interno)  
Recorrente: Soel Arpini - Promotor da Justiça Militar  
Recorrido: Ministério Público Militar  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão de arquivamento em Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual se pretende que o Procurador-Geral da Justiça Militar encaminhe a Recomendação nº 01/2014 ao Procurador-Geral da República, para que a envie ao Comandante da Aeronáutica.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Rio Grande do Sul
- 42) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001779/2014-94  
Requerente: Marciane Chaves Farias  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Requer providências quanto à atuação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em apurar diversas denúncias de irregularidades envolvendo a Administração Pública do Município de São Francisco.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Minas Gerais
- 43) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000275/2015-38  
Requerente: Moacir Guimarães Morais Filho – Subprocurador-Geral da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer o controle de ato do Conselho Institucional do Ministério Público Federal, no Processo n.º 1.00.000.016261/2014-08, que decidiu pela inexistência de impedimento de atuação e votação de cônjuges ou companheiros no âmbito de Órgão Colegiado.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal

#### **Processos desta Sessão (23/06/15)**

- 44) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001193/2011-87  
Requerente: Geraldo Flávio Vasques – Procurador-Geral de Justiça Adjunto do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Apresenta sugestão para apreciação deste Conselho Nacional, de proposição de isenção de taxa administrativa aos membros do Ministério Público quanto ao registro e renovação de registro de arma de fogo.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Minas Gerais
- 45) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000534/2012-88  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba  
Advogados: Alexandre Vieira de Queiroz – OAB/DF nº 18.976  
Annibal Peixoto Neto – OAB/PB nº 10.715  
Assunto: Processo Disciplinar nº 03101/2009 avocado do Ministério Público do Estado da Paraíba.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal

- 46) Procedimento Avocado n.º 0.00.000.000535/2012-22  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba  
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz – OAB/DF n.º 18.976  
Annibal Peixoto Neto – OAB/PB n.º 10.715  
Assunto: Processo Administrativo n.º 2009/21277, avocado do Ministério Público do Estado da Paraíba, incluindo os procedimentos n.ºs 004/2010 (Exceção de Suspeição) e 2010/9902 (Recurso).  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal
- 47) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000563/2012-40 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Tocantins  
Interessado: Ercílio Bezerra de Castro – Presidente da OAB Seccional de Tocantins  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Tocantins.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Tocantins
- 48) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.001169/2012-29  
Requerente: Marco Antônio Delfino de Almeida – Procurador da República  
Requerido: Ministério Público Federal  
Assunto: Requer a determinação do pagamento do adicional de tempo de serviço, referente aos meses de janeiro a setembro de 2006, com os devidos acréscimos legais, conforme decisão proferida no Processo CNMP n.º 0.00.000.000775/2007-60.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Mato Grosso do Sul
- 49) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000183/2013-96 (Recurso Interno)  
Recorrente: Advocacia Geral da União  
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada contra membro do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal
- 50) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000543/2013-50 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000443/2013-23)  
Requerente: Luís Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do Trabalho  
Requeridos: Ministério Público da União e Ministério Público dos Estados  
Assunto: Requer que o Conselho Nacional do Ministério Público normatize a questão das cotas para ingresso de representantes de minorias étnico-raciais nos concursos do Ministério Público brasileiro.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal

- 51) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000935/2013-19  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de São Paulo, em oferecer Ação Penal em face de diversos crimes de falsificação de assinaturas e estelionato praticados no mencionado Estado.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo
- 52) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001028/2013-97  
Requerente: Edmar Azevedo Monteiro Filho – Procurador de Justiça  
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre  
Assunto: Requer a revisão da decisão proferida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Acre no Processo nº 52/2012, bem como o reconhecimento da nulidade do Ato nº 46/2010, o qual regulamentou a concessão de diárias no Ministério Público do mencionado Estado.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Acre
- 53) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001080/2013-43 (Recurso Interno)  
Recorrente: Douglas Fabiano de Melo  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento dos autos, nos quais são requeridas providências em relação à atuação do Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo
- 54) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001246/2013-21  
Requerente: José Nilton Teodoro  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais em dar andamento à denúncia protocolada sob o nº 1668, a qual trata de irregularidades em negociação de permuta entre a Prefeitura e empreiteira do Município de Divinópolis/MG.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Minas Gerais
- 55) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001376/2013-64  
Requerente: Geraldo da Silva Pereira  
Interessado: Maria do Carmo de Mattos Pimentel  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências em relação ao inquérito procedido por autoridade policial do Estado de São Paulo, atuando em desvio de função, e acatado pelo Ministério Público do mencionado Estado, o que foi constatado no relatório elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, após fiscalização em empresa.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo

- 56) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte
- 57) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001694/2013-25  
Requerentes: Leandro Pessoto  
Murilo José Borges  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a suspensão do concurso em andamento regido pelo Edital 01/2013, para o cargo de Auditor do Ministério Público do Estado do Paraná, em razão da criação de novas vagas durante a validade do certame anterior, que se estende até a data de 07/05/2014.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Paraná
- 58) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001783/2013-71  
Requerente: Luis Ricardo Saldanha Nicolau  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Apresenta reclamação quanto ao âmbito da competência exercida pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com a instauração de procedimento investigatório para apurar infração penal de menor potencial ofensivo.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Amazonas
- 59) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000049/2014-76 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Flávio Teixeira de Abreu Júnior - Promotor de Justiça/PI  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou Procedimento de Controle Administrativo parcialmente procedente, para recomendar a regulamentação do pagamento de indenização, quando o membro do Ministério Público Piauiense se desloca utilizando veículo próprio para desempenhar suas funções institucionais.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Piauí
- 60) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000098/2014-17 (Recurso Interno)  
Recorrente: Bruno Noura de Moraes Rêgo  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo

- 61) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000140/2014-91  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Requer que seja verificado, junto ao Ministério Público do Trabalho, se o estabelecimento do prazo de vinte e nove dias nos editais de convocação de membros do Parquet teria como finalidade o pagamento de diárias como outra forma de recebimento de remuneração.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
- 62) Inspeção n.º 0.00.000.000309/2014-11  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco – Procuradoria da República  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 63) Inspeção n.º 0.00.000.000310/2014-38  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco – Procuradoria Regional da República  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 64) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000331/2014-53  
Requerente: Comissão de Direitos Humanos Irmão Naves  
Interessado: Cláudio Marques Rolin e Silva – Coordenador Geral  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a interrupção dos pagamentos mensais dos valores recebidos a título de auxílio-alimentação por membros do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como a devolução dos valores já recebidos desde a data da implantação.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Paraná
- 65) Proposição n.º 0.00.000.000359/2014-91  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Resolução que modifica a Resolução CNMP n.º 73/2011 e estabelece limites objetivos para a atividade de magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 66) Inspeção n.º 0.00.000.000371/2014-03  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal

- 67) Inspeção n.º 0.00.000.000374/2014-39  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 68) Inspeção n.º 0.00.000.000375/2014-83  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Militar no Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 69) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000000435/2014-68  
Requerente: Fábio Costa Pereira – Procurador de Justiça/RS  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Requer o controle de ato do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, que indeferiu a indicação de servidor do mencionado Parquet para compor o gabinete do requerente, bem como que seja determinada a nomeação do referido servidor para desempenho do cargo Assessor da Procuradoria de titularidade do signatário.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Porto Alegre
- 70) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000520/2014-26  
Requerentes: Charles de Oliveira Araújo  
Leandro Noronha Cavalleiro  
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Requer providências quanto à utilização de veículos oficiais, por membros do Ministério Público Militar no Estado do Rio de Janeiro, para deslocamento do local de trabalho até suas residências, supostamente desrespeitando a Portaria PGR/MPU n.º 513/2003.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Rio de Janeiro
- 71) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000528/2014-92  
Requerente: Geraldo da Silva Pereira – Auditor Fiscal do Trabalho  
Interessado: Maria do Carmo de Mattos Pimentel – Gerente Regional GRTE-2-SUL  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências em relação à atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo, face a ação desvirtuada de agentes policiais que buscaram criminalizar infrações administrativas com o objetivo de constranger administrado.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: São Paulo

- 72) Inspeção n.º 0.00.000.000622/2014-41  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 73) Inspeção n.º 0.00.000.000623/2014-96  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul – Procuradoria da República  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 74) Inspeção n.º 0.00.000.000624/2014-31  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 75) Inspeção n.º 0.00.000.000625/2014-85  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Militar no Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Militar no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 76) Inspeção n.º 0.00.000.000650/2014-69  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul – Procuradoria Regional da República  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 77) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000736/2014-91 (Recurso Interno)  
Recorrente: Maxwell Pariz Xavier  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Trabalho.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Ceará

- 78) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000845/2014-17  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Visa à análise aprofundada de indícios de fracionamento de despesas para realização de dispensas de licitação fora das hipóteses previstas em lei, no Ministério Público do Estado da Bahia.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 79) Proposição n.º 0.00.000.000903/2014-02  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Assunto: Proposta de Resolução que altera o art. 2º, caput e § 1º, da Resolução CNMP n.º 73/2011, para permitir que membros do Ministério Público Brasileiro possam exercer o magistério, cumulativamente com suas funções ministeriais, em municípios de sua Comarca ou circunscrição de lotação.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 80) Inspeção n.º 0.00.000.001007/2014-52  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 81) Inspeção n.º 0.00.000.001008/2014-05  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo  
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 82) Inspeção n.º 0.00.000.001009/2014-41  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo  
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad  
Origem: Distrito Federal
- 83) Revisão de Decisão do Conselho n.º 0.00.000.001082/2014-13 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Paulo César dos Reis Sales  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente a Revisão da Decisão do Conselho, relativa à Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.000223/2014-81.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Rio de Janeiro

- 84) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001184/2014-39  
Requerente: Maria Valdelina Sanches Lacerda  
Interessado: Ronaldo Meira Vasconcellos Albo – Procurador Regional da República  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Amapá em apurar o desaparecimento de cidadão no município de Santana.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Amapá
- 85) Processo Administrativo Disciplinar n.º 0.00.000.001281/2014-21 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Advogados: Francisco das Chagas Rebêlo Júnior – OAB/PI n.º 3.518/02  
Ricardo Ilton Correia dos Santos – OAB/PI n.º 3.047/98  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Processo Administrativo Disciplinar e determinou a aplicação da penalidade de censura a membro do Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 86) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001327/2014-11  
Requerente: Emanuela Mesquita Ferreira Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Ceará em concluir o processo n.º 21913/2011, que tramita na Procuradoria dos Crimes contra a Administração Pública, a qual apura perda atuarial em mais de 55 municípios do Estado do Ceará, que adotaram o regime próprio de Previdência Social.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Ceará
- 87) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001419/2014-92 (Embargos de Declaração)  
Embargante: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Rio de Janeiro
- 88) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001432/2014-41  
Requerente: Maxwell Pariz Xavier  
Advogado: Diógenes Lemos Calheiros – OAB/CE n.º 24.015  
Requeridos: Ministério Público do Trabalho  
Ministério Público Federal  
Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho, para que disponibilizem cópias integrais, inclusive gravação de áudio e degravações, do Inquérito Administrativo n.º 2.00.000.001762/2014-26, do PIC n.º 1.15.002.00709/2013-30 e do PIC n.º 1.15.002.000643/2013.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Ceará

- 89) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001488/2014-04  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Visa apurar irregularidades por parte da Promotoria de Justiça Especial Criminal “Unidade Avançada de Sítio Cercado”, em Curitiba, na tramitação de processos criminais, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Paraná.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 90) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001612/2014-23 (Recurso Interno)  
Recorrente: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Rio de Janeiro
- 91) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001738/2014-06  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Pará  
Interessados: Erasmo Chaves Coelho – Diretor de Formação e Cultura do SISEMPPA  
Maurício Santos Matos – Diretor-Presidente do SISEMPPA  
Raimundo Edinaldo da Silva Paes – Diretor de Finanças do SISEMPPA  
Roberto Carlos Soares Figueiredo – Diretor de Imprensa e Comunicação do SISEMPPA  
Silvio Claudio Mendes da Silva – Diretor de Finanças do SISEMPPA  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Assunto: Requer a verificação de irregularidades na candidatura de membro do Ministério Público do Estado do Pará ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, o qual supostamente figura como sócio de empresa privada.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Pará
- 92) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001746/2014-44 (Embargos de Declaração) (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001755/2014-35)  
Embargante: José Carlos Paes – Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou improcedente Procedimento de Controle Administrativo e determinou a remessa de cópia da referida decisão, bem como da matéria jornalística à Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, para acompanhar o cumprimento integral da Resolução CNMP n.º 89/2012, alterada pela Resolução CNMP n.º 115/2014, no prazo de 30 (trinta) dias.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Rio de Janeiro

- 93) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001766/2014-15 (Recurso Interno)  
Recorrente: SEDAN – Comércio e Importações de Veículos Ltda.  
Interessado: Rodrigo Martins Teixeira de Carvalho  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Piauí
- 94) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.001789/2014-20 (Recurso Interno)  
Recorrente: José Carlos Paes  
Advogado: André Hespanhol – OAB/RJ n.º 109.359  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Rio de Janeiro
- 95) Pedido de Providência n.º 0.00.000.001793/2014-98  
Requerente: José Barbosa Monteiro  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas  
Assunto: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado do Amazonas, quanto à ausência de Promotor Titular designado para atuar na Comarca de Eirunepé.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Amazonas
- 96) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000001/2015-49  
Requerente: Sueli Lima e Silva  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a anulação de decisão da Corregedoria Geral do Estado do Espírito Santo, exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 31.228/2012.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 97) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000006/2015-71  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Pará em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal
- 98) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000007/2015-16  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado de Santa Catarina em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal

- 99) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000008/2015-61  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Espírito Santo em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal
- 100) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000059/2015-92  
Requerente: José de Medeiros – Corregedor-Geral Adjunto do Estado de Mato Grosso  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso  
Assunto: Pedido de revisão do Processo Disciplinar GEDOC n.º 000039-024/2013, que tramitou no Ministério Público do Estado do Mato Grosso.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Mato Grosso
- 101) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000086/2015-65 (Recurso Interno)  
Recorrente: Valdeci Araujo Reis  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão do Presidente que arquivou liminarmente notícia de fato na qual são requeridas providências, junto ao Ministério Público do Estado da Bahia, para a recuperação e preservação da originalidade paisagística da Praça do Cata-Vento das flores localizada no Município de Santo Antônio de Jesus/BA.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Bahia
- 102) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000139/2015-48  
Requerente: Matias Joaquim Coelho Neto  
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará  
Assunto: Requer o cumprimento da decisão proferida nos autos do Processo CNMP n.º 0.00.000.0001192/2011-32, visando proibir o exercício do magistério no horário das 8h às 18h, por parte de membro do Ministério Público do Trabalho no Estado do Ceará.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Ceará
- 103) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000149/2015-83  
Requerente: Kívia Castro da Silva Andrade  
Advogados: Andre Cavalcante Barros – OAB/DF n.º 22.948; Ibaneis Rocha Barros Junior – OAB/DF n.º 11.555; Johann Homonnai Júnior – OAB/DF n.º 42.500; Marlúcio Lustosa Bonfim – OAB/DF n.º 16.619; Odasir Piacini Neto – OAB/DF n.º 35.273 Renato Borges Barros – OAB/DF n.º 19.275  
Requerido: Ministério Público da União  
Assunto: Requer a determinação para que o Ministério Público Federal defira, em favor da requerente, licença por motivo de afastamento do cônjuge, com exercício provisório em unidade existente em Pato Branco/PR ou a remoção para essa cidade, conforme prevê o art. 84, da Lei n.º 8.112/90.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Distrito Federal

- 104) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000164/2015-21  
Requerente: Comissão das Mães da APAE de Bertioga  
Interessado: Ariadine Sarris Machado  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Requer providências em relação à atuação do Ministério Público do Estado de São Paulo em apurar denúncias de irregularidades e má gestão da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes – APAE do Município de Bertioga.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: São Paulo
- 105) Proposição n.º 0.00.000.000166/2015-11  
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior  
Assunto: Proposta de Recomendação que dispõe sobre diretrizes de atuação dos membros do Ministério Público com a finalidade de evitar a entrada e permanência de aparelhos celulares em unidades prisionais.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 106) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000226/2015-03  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Interessado: Aldo Clemente de Araújo Filho – Presidente do SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer a suspensão do processo de seleção de candidatos ao cargo de Assessor Jurídico Ministerial da 4ª Promotoria de Justiça de Ceará-Mirim/RN, objeto do Processo Administrativo nº 1.321/2015-PGJ, bem como que se reconheça a ilegalidade, para anular a mencionada seleção.  
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior  
Origem: Rio Grande do Norte
- 107) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)  
Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí  
Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral - Teresina, com a consequente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Piauí

- 108) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000270/2015-13 (Recurso Interno)  
Recorrente: Ministério Público do Estado do Amapá  
Interessado: Joel Souza das Chagas  
Recorrido: Marcelo José de Guimarães e Moraes  
Advogado: Ruben Bemerguy – OAB/AP n.º 192  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de procedimento de controle administrativo, no qual é requerida a suspensão de parte da Resolução n.º 001/2014-CSMP/AP, instituída pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amapá, a qual regulamenta a escolha para preenchimento de cargo no Tribunal de Justiça destinado ao quinto constitucional.  
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte  
Origem: Amapá
- 109) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000272/2015-02  
Requerentes: Ana Carolina Gonçalves de Oliveira (Promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo) e Outros  
Advogados: Rafael da Cás Maffini – OAB/RS n.º 44.404  
Bruno Rosso Zinelli – OAB/RS n.º 76.332  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Requer a invalidação das permutas realizadas no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com base na inobservância do critério de antiguidade, bem como que este Conselho discipline a realização das permutas, aplicando critérios de classificação por antiguidade condizentes com a noção de quinto promovível.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Espírito Santo
- 110) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000277/2015-27  
Requerente: Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado – Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Assunto: Requer a suspensão da decisão do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará no Processo n.º 26032/2014-2, que determinou o pagamento retroativo da gratificação por execução de trabalho relevante a servidor da mencionada unidade ministerial.  
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho  
Origem: Ceará
- 111) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000281/2015-95  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado do Rio Grande do Sul, em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal

- 112) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000284/2015-29  
Requerente: Soanê Leprevost  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer providências quanto ao redutor salarial aplicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da Lei Estadual nº 17.888/2013, aos servidores da instituição, a título de correspondência do teto salarial ao subsídio fixado para promotor de Justiça substituto.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Paraná
- 113) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.000298/2015-42  
Requerente: Comissão da Infância e Juventude  
Assunto: Realização de visita técnica no Estado de São Paulo em relação ao sistema socioeducativo, conforme previsto no Plano de Ações da Comissão da Infância e Juventude.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior – Presidente da Comissão da Infância e Juventude  
Origem: Distrito Federal
- 114) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000305/2015-14  
Requerente: Christopher Silveira Domingos  
Requerido: Ministério Público da União  
Assunto: Requer providências para a fixação de data-base para a recomposição inflacionária anual dos servidores do Ministério Público da União, seja por meio de ato administrativo, seja por projeto de lei específica, em cumprimento a Resolução CNMP nº 53/2010.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 115) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000340/2015-25 (Recurso Interno)  
Recorrente: Davi Lourenço Oliveira dos Santos  
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, no qual é requerida a suspensão do IV concurso para preenchimento de cargos administrativos no Ministério Público do Estado da Bahia, visando analisar a legalidade e a razoabilidade da exigência de perfil profissiográfico para desempenho das funções de Analista de Sistemas.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Bahia
- 116) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000397/2015-24 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.000373/2015-75)  
Requerente: Fernando Rodrigo Garcia Felipe  
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná  
Assunto: Requer a suspensão imediata do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como a anulação da prova oral, a desconstituição da homologação final e a convocação dos candidatos habilitados na inscrição definitiva para a realização de um novo exame oral.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Paraná

- 117) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000419/2015-56 (Apensos: Processos n.ºs 0.00.000.000467/2015-44 e 0.00.000.000471/2015-11)  
Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto – Secretário-Geral do Ministério Público da União  
Interessados: Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e Ministério Público da União no Distrito Federal – SINDJUS/DF  
Associação dos Servidores do Ministério Público Federal – ASMFPF  
Sindicato Nacional dos Servidores do MPU e do CNMP – SINASEMPU  
Associação Nacional dos Agentes de Segurança Institucional do MPU e CNMP – AGEMPU  
Associação dos servidores do Ministério Público do Trabalho - ASEMPT  
Advogados: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163 (ASMFPF e SINASEMPU)  
Ibaneis Rocha Barros Júnior – OAB/DF n.º 11.555 (SINDJUS/DF)  
Renato Borges Barros – OAB-DF n.º 19.275 (SINDJUS/DF)  
Assunto: Requer providências deste Conselho Nacional quanto à incorporação do índice de 13,23% ao vencimento básico dos servidores do Ministério Público da União, que foi objeto do Processo Administrativo n.º 1.00.000.004177/2015-14.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal
- 118) Avocação n.º 0.00.000.000456/2015-64  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Assunto: Pedido de avocação do Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2013 (ou n.º 20.431/13), em trâmite no Ministério Público do Estado do Espírito Santo.  
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba  
Origem: Distrito Federal

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**